



Em um ano e meio, 36 denúncias de superfaturamento, desvio de verbas e compras desnecessárias

# Saúde pública, caso de polícia

A julgar pelos números — que contam em milhões as verbas desviadas do SUS, as compras desnecessárias de equipamentos e o descaso com bens públicos — a saúde já deixou de ser território exclusivo de médicos e sanitaristas para se tornar um caso de polícia. Não é preciso ir longe para avaliar a extensão do prejuízo: somente em sete das 36 denúncias feitas pelo GLOBO, nos últimos 17 meses, a perda no Estado do Rio chega a US\$ 6,3 mi-

lhões. Um valor bem abaixo da realidade, pois, em outras denúncias, como a que comprovou superfaturamento de até 525% em compras da Maternidade Carmela Dutra, o prejuízo total não pôde ser contabilizado.

No início do mês, o ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, mostrou-se alarmado com as fraudes no sistema e lembrou que os gastos com a saúde têm provocado enorme pressão sobre o orçamento: pelo menos R\$ 289

milhões foram desperdiçados em despesas irregulares.

Três reportagens que o GLOBO publica hoje revelam os caminhos das verbas públicas e mostram alguns dos esboadours por onde os recursos desaparecem sem atingir seu objetivo, deixando pacientes morrendo por falta de leitos, médicos à espera de remédios e hospitais carentes de equipamentos. Sinais de um mal que assola a rede com a gravidade de uma epidemia: as fraudes contra os co-

fres públicos.

Para os donos da lavanderia Ferlim, o dinheiro público jorra como água. Contratada, sem licitação, para lavar e desinfetar as roupas do Hospital do Andaraí, a Ferlim cobra, há oito meses, por 26.250 quilos de roupa, enquanto lava, em média, 16.000 quilos por mês. Um prejuízo mensal de R\$ 14,2 mil para os cofres públicos.

Além de uma epidemia no Rio, o mosquito da dengue deixou, na

Fundação Nacional de Saúde, um rastro de compras superfaturadas. Em 89, a FNS pagou, sem licitação, US\$ 3,1 milhões por 118.600 litros do inseticida Malathion. Este ano, com concorrência internacional, o produto foi comprado a US\$ 7,8 o litro.

No Rio, os remédios da Central de Medicamentos são usados para combater a falta de votos e não de saúde. Depoimentos de um vereador de Cabo Frio e de um líder comunitário de Pe-

trópolis comprovam as denúncias de uso irregular dos medicamentos.

Surpreso com o descalabro nas contas de sua pasta, o ministro da Saúde, Henrique Santillo, chegou a propor, em outubro passado, a extinção da Ceme e o enxugamento na FNS.

— O Ministério da Saúde é um monstro perdulário, que gasta uma quantidade inimaginável de passagens e diárias, além de uma imensa quantidade de gastos supérfluos — resumiu.